

---

## REVOLUÇÃO TRANQUILA

É hora de o país tornar-se mais sério na condução da coisa pública, evitar o desperdício e abdicar da prática da terra arrasada

Dan M. Kraft

Advogado e professor de direito no Brasil e no Canadá

Publicação: 30/04/2015 04:00

A democracia brasileira é jovem, mas sua população, nem tanto assim. Uma população mais madura traz dois atributos: memória e formação intelectual. Ainda que o país não prime por seu sistema educacional formal, o brasileiro vem sendo razoavelmente instruído por mídias efetivas, como televisão e internet.

Isso faz com que princípios democráticos e de gestão da sociedade (traduzida por gestão da coisa pública) sejam não apenas conhecidos: há expectativa real de que sejam exercidos de forma consciente e eficaz.

Tais considerações são necessárias, pois o Brasil se encontra em um ponto histórico de inflexão. É hora de o brasileiro encontrar-se enquanto povo, enquanto organização social. A fórmula foi tentada a partir de 1988, mas não deu certo: o Brasil hoje não é funcional, devido ao engessamento trazido pela norma cidadã. A culpa não reside na norma, pois, como dizia o jusfilósofo Von Ihering, não vivemos em função dela, e sim o contrário.

A constatação de esgotamento do modelo vem do povo e das instituições que clamam por reformas, especialmente se eliminarmos os radicalismos manifestados nas mídias sociais e certos meios políticos.

Não seria uma reforma de fachada, legal ou de nomenclatura. O país está pronto para uma "revolução tranquila".

Um dos enfoques para ocorrer essa mudança de paradigma é eliminar a política de "terra arrasada", imposta por governantes ao assumirem. Esses, muitas vezes, cedem à tradição e jogam no lixo anos de conquistas positivas da sociedade, motivados pelo fato de elas trazerem o carimbo do antecessor. Os meios políticos para evitar desperdício não são eficazes: o conflito de interesse e o beija-mão impedem independência para criticar. Assim, resta à sociedade lançar mão de instrumentos jurídicos e da representação direta para coibir abusos de mandatários que permanecem agindo como no tempo dos oligarcas.

Uma amiga, originária de uma cidade mineira, contava-me que o novo prefeito era inimigo do antecessor e, ao assumir, destruiu a praça principal edificada antes da eleição. A praça ficou em escombros por anos, em prejuízo da população. Essa tradição é constante, seja com obras ou com organismos, convênios, parcerias etc.

Certos governantes eleitos, por mais polidos ou preparados que acreditem ser, têm perpetuado a destruição de investimentos públicos à luz do dia, sem ser importunados. O próprio ex-presidente Lula consolidou tal visão terceiro-mundista, ao condenar antecessores pelo que apelidou de "herança maldita".

Pior exemplo não poderia ter sido dado, pois se fixou no negativo e legitimou uma prática antirrepublicana.

É hora de o país tornar-se mais sério na condução da coisa pública. Romper o ciclo do desperdício passa pela valorização de ações e instituições de Estado. Por não acreditarmos que vários novos administradores não possuem a altivez necessária para preservar pessoas e obras positivas, essa batalha torna-se muito importante. Ela deve ser provocada, conduzida por meios outros que os corredores do Parlamento ou palácios, várias vezes surdos ao apelo à economia e à eficiência, em um país carente de investimento.

---

Na revolução tranquila, o poder retorna ao cidadão, que deseja ver preservadas suas conquistas e iniciativas, independentemente do nome do prefeito, governador ou presidente. A estes, cabe Portais

30/04/2015 Revolução tranquila - Caderno de Opinião do Jornal Estado de Minas  
[http://impresso.em.com.br/app/noticia/cadernos/opiniaio/2015/04/30/interna\\_opiniaio,148735/revolucao-tranquila.shtml](http://impresso.em.com.br/app/noticia/cadernos/opiniaio/2015/04/30/interna_opiniaio,148735/revolucao-tranquila.shtml) 2/2  
unicamente preservar os valores da sociedade, edificando sobre o que encontram, e não sobre terra arrasada.